



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa(s) para o fornecimento e instalação de equipamentos para equipar parques infantis (playground) do município, compreendendo equipamentos recreativos acessíveis e adaptados, destinados ao atendimento de crianças e adolescentes, inclusive pessoas com deficiência (PCD), crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais usuários com limitações motoras, cognitivas ou sensoriais, em atendimento a solicitação nº 107/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 58.967,38 (cinquenta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Recebimento das propostas: até às **08:15 do dia 28.05.2026.**

Início da sessão de Disputa de Preços: **08:30 do dia 28.05.2026.**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: *Menor preço por item*

MODO DE DISPUTA: *Aberto*

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: *Sim*

- **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.**
- **AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.**
- **SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.**

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br - Código UASG: 987489 – Capitão Leônidas Marques – Pr e [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/\(transparencia/licitacao\)](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/(transparencia/licitacao)), ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacao@clm.pr.gov.br.

ATENÇÃO

- **PREVALECERÁ** a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 05 de maio de 2026.

Gean Carlos Barea Schneider
Pregoeiro



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

Sumário

| | |
|--|---------|
| 1. DO OBJETO | 03 |
| 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 03 a 05 |
| 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA | 05 e 06 |
| 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 06 e 07 |
| 5. ABERTURA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES | 07 a 09 |
| 6. DA FASE DE JULGAMENTO | 09 e 10 |
| 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 10 e 11 |
| 8. DOS RECURSOS | 11 |
| 9. DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOC. COMP. DE HABILITAÇÃO | 11 e 12 |
| 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 12 |
| 11. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL | 12 |
| 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 12 e 13 |
| 13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA | 13 |
| 14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO | 13 |
| 15. CONDIÇÕES PAGTO, REAJUSTE, REEQUILIBRIO, FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO | 13 |
| 16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | 13 |
| 17. CONDIÇÕES DE ASSINATURA, PRAZO/VIGENCIA/RESCISÃO CONTRATUAL | 13 e 14 |
| 18. DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO | 14 |
| 19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO..... | 14 |
| 20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO | 14 |
| 21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 14 e 15 |
| 22. TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I) | 16 a 28 |
| 23. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP (Apêndice do Anexo I) | 29 a 38 |
| 24. MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (ANEXO II) | 39 |
| 25. DECLARAÇÕES UNIFICADAS (ANEXO III) | 40 |
| 26. DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO..... | 41 |
| 27. ATESTADO DE VISITA (ANEXO II) | 42 |
| 28. DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA (ANEXO III) | 43 |
| 29. MINUTA DE CONTRATO (ANEXO V) | 44 a 49 |



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

EDITAL

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

Processo Administrativo Nº 103/2026.

Solicitação Nº 107/2026.

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, através do Departamento de Licitações e Contratos, por intermédio do Pregoeiro designado pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026**, com sede Administrativa na Av. Tancredo Neves, 502, realizará licitação, na MODALIDADE PREGÃO, na FORMA ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 385 de 11 de dezembro de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Recebimento das propostas: até às **08:15 do dia 28.05.2026**.

Início da sessão de Disputa de Preços: **08:30 do dia 28.05.2026**.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 58.967,38 (cinquenta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos).

Observação: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a data de abertura da licitação será prorrogada no Comprasnet, sendo publicado o aviso de prorrogação, no sítio eletrônico utilizado para divulgação e também no Diário Oficial do Município.

1.DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa(s) para o fornecimento e instalação de equipamentos para equipar parques infantis (playground) do município, compreendendo equipamentos recreativos acessíveis e adaptados, destinados ao atendimento de crianças e adolescentes, inclusive pessoas com deficiência (PCD), crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais usuários com limitações motoras, cognitivas ou sensoriais, em atendimento a solicitação nº 107/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

1.2. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada às especificações constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.

1.3. Na proposta deverá constar o objeto de forma integral, sob pena de desclassificação da proponente.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** do Edital, prevalecerão as últimas.

2.DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

2.6. A licitação será **EXCLUSIVA** para a participação de ME/EPP, nos termos da L. C. nº 123/2006 e suas alterações.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

2.7. Será aplicada como regra neste certame a lei complementar municipal nº 01/2009, com as alterações trazidas pela Lei Complementar Municipal nº 28/2023 que concede tratamento favorecido às Micro e Pequenas Empresas e empresários individuais sediados no município de Capitão Leônidas Marques, e, aquelas que estejam sediadas na região conhecida como “Região dos Lagos”, composta pelos municípios pertencentes ao consórcio Pro Caxias e do Baixo Iguaçu, quais sejam: Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, Planalto, Realeza, Salto do Lontra, São Jorge D'Oeste e Três Barras do Paraná, desde que comprovem tal condição através do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

2.7.1. **Justificativa da aplicabilidade da Lei acima citada:** Implementar a política pública denominada de “Compra Capitão”, promovendo o aumento da participação e da contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, sediada local e na região dos lagos, promovendo o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação e a tecnologia, preconizados no Art. 47 da Lei Complementar 123/2006. O que vai ao encontro com o acórdão 877/2016 do TCE/PR que definiu ser possível a aplicação da discricionariedade do município definir a região para efeito do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar 123/2006.

2.7.2. No presente certame será aplicada a **prioridade na contratação acima citada, após a fase de abertura de propostas e a realização da fase de lances**, verificando a localização da sede do vencedor da fase de lances, **conforme descrito no item 5.21 deste certame**.

2.7.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

I - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

II - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

III - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

IV - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

V - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VI - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VII - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII - agente público do órgão ou entidade licitante;

IX - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio:

IX.1. Justifica-se a não admissão de empresas consorciadas no presente certame, considerando que não é vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, haja vista a gama enorme de pessoas jurídicas do ramo, objeto da contratação, que poderão concorrer no presente certame.

X - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

XI - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

XII - O impedimento de que trata o item IV será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

XIII - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens II e III, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

XIV - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

XV - O disposto nos itens II e III, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

XVI - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

XVII - A vedação de que trata o item VIII, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

XVIII - **Sociedades cooperativas:**



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

XVIII.1. Justifica-se a não admissão de empresas cooperativas no presente certame, conforme segue:

XVIII.2. Acerca das Cooperativas por sua vez atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

3.3.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1.Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2.A presente licitação será exclusiva para a participação de ME/EPP, nos termos da L. C. nº 123/2006 e suas alterações.

3.2.1.Será aplicada como regra neste certame a lei complementar municipal nº 01/2009, com as alterações trazidas pela Lei Complementar Municipal nº 28/2023, conforme item 2.7. deste edital.

3.3.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1.está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2.não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3.não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4.cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5.O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1.No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.2.Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.6.A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2.os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1.valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.12.O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13.Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela



Administração ou de sua desconexão.

3.14.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1.O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

✓ I - Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como Marca/Modelo (se houver);

I.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência/Anexo I.

I.2. Quando solicitado, a empresa DEVERÁ apresentar catálogo técnico, folder ou ficha de especificações do fabricante no momento do envio da proposta, contendo as principais características do produto ofertado, de modo a possibilitar a verificação da conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

I.2.1. Para os itens que demandem instalação fixa, estrutura metálica ou que possuam maior complexidade técnica, o catálogo deverá estar acompanhado de documentação complementar, quando aplicável, incluindo:

I – desenho técnico, projeto ou ficha técnica contendo dimensões, materiais e peso do equipamento;

II – croqui ou esquema ilustrativo de instalação;

III – no mínimo 01 (um) exemplo de planta baixa ou layout demonstrativo, indicando o posicionamento dos equipamentos e área de segurança.

I.2.2. OBS.: A exigência dessa documentação complementar será aplicada apenas aos itens cuja natureza técnica assim o exigir, conforme avaliação da Administração, não sendo obrigatória para itens simples ou de baixa complexidade.

I.2.3. Deverá, ainda, ser apresentado certificado ou declaração de conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente a ABNT NBR 16071 (Segurança em playgrounds), quando pertinente ao item.

✓ II - Prazo de validade da Proposta, contados da data da abertura do Processo;

✓ III - Preço para fornecimento do objeto da presente licitação (unitário e total);

✓ IV – Prazo da entrega;

✓ V – Data, assinatura (s).

4.1.1.Lembretes importantes:

1º - Ao anexar sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá informar seus dados (esta será analisada após a fase de lances), porém quando for lançar sua proposta que irá para análise antecedendo a fase de lances, não poderá ter dados que identifique o licitante sob pena de desclassificação.

4.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3.Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4.Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.6.1. Será facultada vistoria ao local da instalação, considerando que a avaliação prévia pode ser importante para a elaboração da proposta e para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do local de instalação, sendo a interessada acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13h30 às 17h00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania ou pelo telefone (45) 999066962, e a vistoria ser realizada no período compreendido entre a publicação do Edital e até o último dia útil que antecede a data designada para a sessão pública do Pregão.

4.6.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes. Também os licitantes não poderão alegar a falta de conhecimento ou o grau de dificuldade da instalação como justificativa para eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto desta licitação.

4.6.3. Ressalta-se que, embora as informações constantes no Termo de Referência sejam suficientes para a formulação das propostas, a vistoria técnica facultativa permite às interessadas obter melhor compreensão das dimensões e características do ambiente, não sendo obrigatória para participação no certame, nem podendo ser utilizada posteriormente como justificativa para aditivos ou alegações de desconhecimento das condições locais.

4.6.4. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



4.7.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.9.O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas do Paraná e da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2.O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.3.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4.1.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5.Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$5,00(cinco reais).**

5.10.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11.O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12.Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4.Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.12.5.Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13.Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada



a identificação do licitante.

5.16.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17.1.Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

5.18.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19.Em relação a **itens não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2.A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20.Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

5.21.Será assegurada a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local e na sequência no âmbito regional, conforme item 2.6, deste edital da seguinte forma:

5.21.1.Após terminada a fase de lances o pregoeiro verificará se a(s) ME/EPP(s) vencedora(s) do(s) item(ns)/lote(s) está(ão) sediada(as):

a) no âmbito local, conforme inciso I, do Art. 35-A da Lei Complementar 01/2009 e alterações trazidas pela Lei 028/2023 e, caso não esteja, aplicará de forma hierarquizada a prioridade de contratação a favor da empresa sediada no âmbito regional (região dos lagos) inciso II, do Art.35-A da referida Lei, que ofertou o menor preço, desde que o preço desta (s) esteja dentro da margem de 10% em relação ao menor preço das não enquadradas nessas condições.

b) Em não havendo empresas locais ou regionais, em quantidade mínima de 03 (três) participantes no certame, será possibilitado na sequência, a participação de Micro e pequenas empresas sediadas em qualquer região do país.

5.21.2.Após os procedimentos acima descritos, o Pregoeiro irá convocar a primeira empresa assim enquadrada, para apresentação de nova proposta, inferior à melhor classificada, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, passando à segunda empresa enquadrada na mesma condição para possibilitar a mesma oportunidade. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;



5.21.3.Em caso de dúvidas ou controvérsias, que não estejam especificados nos itens acima (5.21 até 5.21.2) serão observados os critérios determinados pelas leis pertinentes e aplicáveis.

5.22.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.2.1.Durante a fase de negociação, o licitante deverá participar efetivamente, lembrando da importância de suas respostas via chat, quando solicitadas, visto que, caso não se manifeste após dar lances para o referido item, nada poderá pleitear a seu favor, e, considerando também que devido ao seu lance, assim considerado último, foi interrompida/impedida a sequência de lances pelos demais participantes, que poderia incorrer em proposta mais vantajosa para a administração.

5.22.2.2. O tempo para manifestação no chat, e/ou intenção de propor novo valor, será de no máximo 05 (cinco) minutos da convocação.

5.22.3.O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4.O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5.É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23.Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.DA FASE DE JULGAMENTO

6.1.Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a)Sicaf;

b)Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c)Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230 de 2021.

6.3.Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3, de 2018, art. 29, caput)

6.3.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3, de 2018, art. 29, §1º).

6.3.2.O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3, de 2018, art. 29, §2º)

6.3.3.Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4.Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5.Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6. e 3.5 deste edital.

6.6.Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN Seges nº 73, de 2022.

6.7.Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1.contiver vícios insanáveis;

6.7.2.não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3.apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4.não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

6.8.No caso de bens e serviços em geral, o indício de inexecuibilidade das propostas só será considerado após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.2.inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9.Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9.1.Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.9.2.Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.9.3.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.3.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.9.4.Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9.5.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9.6.Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7.DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1.Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

7.1.1.1. Solicitamos que seja anexada a documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, embora conste do SICAF, para efeitos de celeridade ao processo, visto que são de suma importância quando da digitalização e importação para o portal da transparência.

7.2.Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1.Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3.Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.4.Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, conforme modelo, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6.Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7.O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8.A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9.É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3, de 2018, art. 7º, caput).

7.10.A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de



prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73, de 2022, art. 39, §4º):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação. (art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015)

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitar por meio do endereço eletrônico: licitacao recursos@clm.pr.gov.br.

9. DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, item a item ou um item por licitante, para que este anexe no sistema COMPRASNET, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado, **no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação**. Para tanto, o pregoeiro fará uso de a ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

9.1.1. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

9.1.2. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio dos e-mails: licitacao@clm.pr.gov.br e/ou compras@clm.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (45-3286-8407). O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capitão Leônidas Marques - Pr quanto do emissor.

9.1.3. A proposta deverá conter, além dos dados da proponente (CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone p/ contato, e-mail, conta corrente jurídica), as seguintes informações:

- ✓ I - Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como Marca/Modelo(se houver);
 - ✓ I.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência/Anexo I.
- ✓ II - Preço unitário e total, READEQUADO AO ÚLTIMO LANCE, com até duas casas decimais (0,00).
- ✓ III - Prazo de fornecimento;
- ✓ IV - Prazo de validade da proposta;
- ✓ V - Data e assinatura (s).

9.1.4. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00).

9.2. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.

9.3. O Município de Capitão Leônidas Marques poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.5. É facultado o pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 ao Licitante/Contratado, conforme detalhadas no Termo de Referência/Anexo I deste edital.

11. DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

11.1. A documentação de habilitação, constante no termo de referência, caso solicitada pelo pregoeiro, deverá ser encaminhada em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, deverão ser apresentadas no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal, Av. Tancredo Neves, 502, Centro, Capitão Leônidas Marques-PR, aos cuidados do Departamento de Licitações e Contratos. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

11.2. Também será aceito o envio por e-mail, nos seguintes endereços: licitacao@clm.pr.gov.br e/ou compras@clm.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (45-3286-8407). O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capitão Leônidas Marques - Pr quanto do emissor.

11.3. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

11.4. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

11.5. Os documentos apresentados, não deverão ser fotocopiados na forma frente e verso, preferencialmente, tendo em vista que o processo será digitalizado posteriormente na íntegra, para disponibilização no Portal da Transparência.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico: compras@clm.pr.gov.br E/OU licitacao@recursos@clm.pr.gov.br.

12.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

13h30 às 17h30, na Av. Tancredo Neves, 502, Centro, Setor de protocolo, Capitão Leônidas Marques-PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: licitacaorecursos@clm.pr.gov.br

12.2.1.1. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

12.2.2. Caberá ao Pregoeiro, ao agente de contratação, auxiliados pela equipe de apoio e comissão de contratação, e demais responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

12.2.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.4. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O pregoeiro, caso não haja recurso ao julgamento do certame, adjudicará o objeto à licitante vencedora cuja proposta for considerada mais vantajosa à administração pública.

14.2. Concluídos os trabalhos, o pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação da Autoridade Competente, para expedição e publicação do ato homologatório.

14.3. Após decididos os recursos, quando houver, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao vencedor do certame e, em consequência, homologará a presente licitação.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍRIO DE PREÇOS, FORMA DO FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Estão descritas no Termo de Referência/Anexo I deste edital.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da adjudicação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

* 411 – 10.001.08.245.1028.2183.4.4.90.52.00 – 1011 e livre;

* 425 – 10.001.08.245.1028.2185.4.4.90.52.00.

17. DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA, PRAZO/VIGÊNCIA DO CONTRATO E RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão no TERMO DE CONTRATO, cuja minuta consta como anexo V deste edital.

17.1.1. Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.2. O Contrato Administrativo poderá ser encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo à Contratada a impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias, providenciando a devolução de uma via, contendo assinatura eletrônica válida ou o documento original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias úteis, após atestado/acusado o seu recebimento.

17.2.1. O prazo para assinatura e devolução do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que o pedido seja formulado pelo adjudicatário dentro do prazo original e devidamente justificado, ficando sua aceitação sujeita à análise



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

da Administração.

17.2.2. A ausência de assinatura e devolução do contrato dentro do prazo estabelecido, sem motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, poderá caracterizar recusa injustificada em contratar, ensejando aplicação das penalidades previstas no art. 155.

17.3.A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada no portal de transparência, na forma de item antecedente, ou para retirada na prefeitura municipal a partir do 05 (cinco) dias após o protocolo de entrega das vias originais previstas no item anterior.

17.4.Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

17.5.A contratação objeto desta licitação será vigente por até 12 (doze) meses, a partir da data do Termo Contratual.

17.6.Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

18.DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

18.1.Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

19.DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

19.1.Fica assegurado ao Município de Capitão Leônidas Marques, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

19.2.A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

19.3.Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

19.4.A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

19.5.A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

19.6.Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

19.7.A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.8.A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques - Pr.

20.DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1.Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.2.Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a)"prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b)"prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c)"prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d)"prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e)"prática obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (I) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

21.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico compras@clm.pr.gov.br.

21.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

| | |
|----------------------------|--|
| ANEXO I | Termo de Referência |
| APENDICE DO ANEXO I | Estudo Técnico Preliminar |
| ANEXO II | Modelo Padrão de Proposta Comercial |
| ANEXO III | Modelo de Declarações Unificadas |
| ANEXO IV | Modelo Identificação do Licitante/Declaração de dados para assinaturas |
| ANEXO V | Atestado de Visita |
| ANEXO VI | Declaração Formal de Dispensa |
| ANEXO VII | Minuta do Contrato |

Capitão Leônidas Marques - Pr, 05 de maio de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER

Pregoeiro



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

Processo Administrativo Nº 103/2026.

Solicitação Nº 107/2026.

1. APRESENTAÇÃO

1.1. As especificações abordadas neste documento têm por objeto a contratação de empresa(s) para o fornecimento e instalação de equipamentos para equipar parques infantis (playground) do município, compreendendo equipamentos recreativos acessíveis e adaptados, destinados ao atendimento de crianças e adolescentes, inclusive pessoas com deficiência (PCD), crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais usuários com limitações motoras, cognitivas ou sensoriais, em atendimento a solicitação nº 107/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante neste Termo de Referência.

| ITEM | QTDE | UNID | DESCRIÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|------|------|--|----------------|---------------|
| 01 | 07 | Unid | <p>Prancha de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) de grande porte, desenvolvida para instalação permanente em área externa, especialmente em playgrounds e espaços públicos abertos, com a finalidade de promover acessibilidade comunicacional e inclusão.</p> <p>Especificações Técnicas Mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">Estrutura confeccionada em material rígido, resistente às intempéries, como alumínio composto (ACM), PVC expandido, polietileno de alta densidade (PEAD) ou material equivalente.Material impermeável, lavável, resistente à ação do sol (proteção UV), chuva e variações climáticas.Dimensões mínimas de 1,00 m x 1,20 m, podendo variar conforme necessidade do espaço.Impressão em alta resolução, com proteção laminada ou aplicação de película protetora anti-UV e anti-desbotamento.Cantos arredondados e acabamento seguro, sem arestas cortantes.Fixação em estrutura metálica galvanizada ou suporte apropriado para instalação fixa ao solo, com sistema antifurto e parafusos de segurança.Conteúdo com pictogramas universais e palavras escritas em língua portuguesa, organizados por categorias (ex.: necessidades básicas, emoções, brincadeiras, alimentos, ações, pessoas e comandos).Layout com contraste adequado de cores, facilitando a visualização por crianças e pessoas com baixa visão.Altura de instalação acessível, compatível com o público infantil e cadeirantes. <p>Produto novo, adequado para uso contínuo em ambiente externo e destinado à promoção da acessibilidade comunicacional em espaço público.</p> <p>Garantia e vida útil: Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação; Vida útil estimada: mínimo de 5 anos, mediante uso adequado e manutenção periódica.</p> <p>Imagens de referência:</p> | R\$ 1.693,00 | R\$ 11.851,00 |



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br


CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná



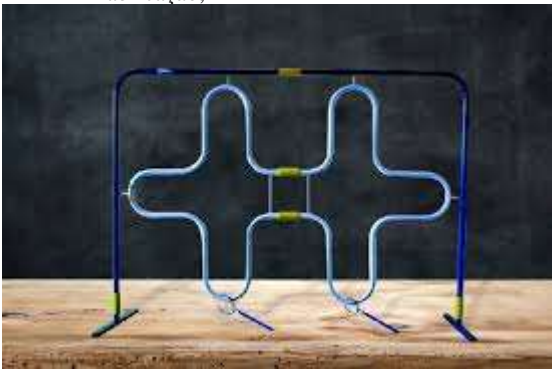
Obs.: Imagens Ilustrativa

| | | | | | |
|----|----|------|---|--------------|---------------|
| 02 | 03 | Unid | <p>Gangorra Adaptada para Acessibilidade - Equipamento recreativo destinado ao uso em parques e espaços públicos inclusivos. Estrutura principal confeccionada em aço carbono de alta resistência, com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática, garantindo durabilidade e resistência às intempéries.</p> <p>O equipamento é composto por:</p> <p>Base central com sistema de articulação que permite movimento oscilante (tipo gangorra);</p> <p>Plataforma de apoio reforçada, com superfície antiderrapante;</p> <p>Assento adaptado com encosto elevado e laterais de proteção;</p> <p>Sistema de contenção com barras de segurança, proporcionando estabilidade ao usuário;</p> <p>Estrutura dimensionada para permitir o uso por crianças com mobilidade reduzida ou necessidades especiais, inclusive com possibilidade de acomodação assistida.</p> <p>Deve atender às normas de segurança aplicáveis a brinquedos de uso coletivo em áreas públicas, com bordas arredondadas, ausência de pontos cortantes e garantia de estabilidade durante o uso.</p> <p>Materiais e estrutura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura principal confeccionada em aço carbono tubular, com espessura mínima de parede de 2,0 mm; • Tubos com diâmetro mínimo de 2" (50,8 mm) para partes estruturais principais; • Chapas metálicas com espessura mínima de 2,65 mm (chapa 12) nas plataformas e suportes; • Assentos e encostos em polietileno de alta densidade (PEAD) ou madeira plástica de alta resistência, com proteção UV; • Plataforma de apoio em chapa metálica com acabamento antiderrapante ou em madeira plástica texturizada; • Eixo central em aço maciço ou tubo reforçado, com sistema de articulação por rolamentos ou buchas de nylon industrial de alta durabilidade; • Parafusos, porcas e arruelas em aço galvanizado ou inoxidável, com sistema antifurto quando aplicável. <p>Tratamento e acabamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tratamento anticorrosivo por fosfatização ou galvanização; • Pintura eletrostática a pó (epóxi ou poliéster) • Cores variadas, preferencialmente em padrões lúdicos (ex: azul, amarelo, vermelho); • Acabamento com cantos arredondados e ausência de arestas cortantes. <p>Dimensões mínimas (referenciais):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comprimento total: 2,50 m a 3,00 m; • Largura total: 0,80 m a 1,20 m; • Altura total: 0,80 m a 1,10 m; | R\$ 4.508,25 | R\$ 13.524,75 |
|----|----|------|---|--------------|---------------|



| | | | | | |
|----|----|------|---|--------------|---------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none"> Altura do assento em relação ao solo: 0,40 m a 0,60 m; Área mínima de ocupação (layout): 3,50 m x 2,50 m; Área de segurança recomendada: mínimo de 1,50 m livre em todo o entorno. (As dimensões podem variar conforme fabricante, desde que mantida a funcionalidade e segurança.) <p>Capacidade e ergonomia:</p> <ul style="list-style-type: none"> Capacidade mínima: 02 usuários simultâneos; Peso suportado: mínimo de 80 kg por assento; Assento adaptado com encosto e laterais de proteção; Espaço projetado para acomodação de criança com mobilidade reduzida, com auxílio de responsável quando necessário. <p>Sistema de funcionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Movimento oscilante tipo gangorra, com eixo central fixado em base estrutural; Sistema de amortecimento de impacto (batentes em borracha, mola ou similar) para reduzir choques no final do curso; Curso de movimento limitado para garantir segurança. <p>Fixação e instalação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fixação ao solo por meio de chumbadores metálicos ou prolongamento da estrutura para concretagem direta; Profundidade mínima de fixação: 40 cm a 60 cm, com base em concreto; Base estrutural com sapatas metálicas ou prolongamento tubular; Instalação em área nivelada, preferencialmente com piso amortecedor (areia, borracha ou grama sintética). <p>Normas e segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> O equipamento deverá atender, no que couber, às normas técnicas vigentes, especialmente: ABNT NBR 16071 – Playground (segurança de equipamentos para áreas de recreação); Normas de acessibilidade aplicáveis, incluindo princípios da ABNT NBR 9050; Ausência de pontos de aprisionamento, esmagamento ou cisalhamento; Distâncias seguras entre partes móveis e fixas. <p>Garantia e vida útil:</p> <ul style="list-style-type: none"> Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação; Vida útil estimada: mínimo de 5 anos, mediante uso adequado e manutenção periódica.  <p>Obs.: Imagens Ilustrativa</p> | | |
| 03 | 07 | Unid | <p>Kit de Coordenação Motora - destinado ao desenvolvimento de habilidades motoras, equilíbrio, coordenação e lateralidade, indicado para uso em atividades esportivas, educacionais e terapêuticas.</p> <p>Materiais e Estrutura</p> | R\$ 1.962,37 | R\$ 13.736,59 |



| | | | | | |
|----|----|------|--|--------------|---------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none"> Estrutura confeccionada em tubos de aço carbono, com diâmetro mínimo de 1" a 1.1/2", espessura de parede mínima de 1,5 mm, dobrados em formato sinuoso e contínuo, formando percursos simétricos para condução manual de objetos. Base de sustentação composta por pés metálicos com chapas de apoio, garantindo estabilidade durante o uso. Elementos móveis compostos por argolas metálicas ou revestidas, acopladas a hastes ou cabos, destinadas ao deslocamento ao longo do percurso tubular. <p>Tratamento e Acabamento</p> <ul style="list-style-type: none"> Tratamento anticorrosivo; Pintura eletrostática a pó tipo epóxi, de alta resistência; Acabamento liso, sem rebarbas ou arestas cortantes; Cores contrastantes para melhor visualização do percurso. DIMENSÕES MÍNIMAS (REFERENCIAIS) Comprimento: 1,20 m a 1,80 m; Altura: 0,80 m a 1,20 m; Largura: 0,40 m a 0,80 m; (Dimensões podem variar, desde que mantida a funcionalidade do equipamento.) <p>Funcionalidade</p> <ul style="list-style-type: none"> O equipamento consiste em percurso tubular fixo, no qual o usuário deve conduzir manualmente uma argola ao longo do trajeto, exigindo coordenação motora fina, controle de movimentos e concentração. Pode ser utilizado por mais de um usuário simultaneamente, conforme configuração do equipamento. <p>Fixação e instalação</p> <ul style="list-style-type: none"> Equipamento de uso móvel ou semi-fixo, podendo ser apoiado diretamente sobre o solo; Possibilidade de fixação por parafusos ou chumbadores, conforme necessidade do local; Indicado para uso em ambientes internos ou externos cobertos. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação;  <p>Obs.: Imagens Ilustrativa</p> | | |
| 04 | 02 | Unid | <p>Balanço Adaptado Acessível - Equipamento recreativo projetado para uso infantil inclusivo, permitindo a utilização por crianças com deficiência ou mobilidade reduzida, com segurança e conforto.</p> <p>Estrutura principal confeccionada em aço carbono tubular, com diâmetro mínimo de 2" (50,8 mm) e espessura mínima de parede de 2,0 mm, garantindo alta resistência mecânica.</p> <p>Travessas superiores reforçadas para sustentação do sistema de suspensão.</p> | R\$ 9.927,52 | R\$ 19.855,04 |



| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | | <p>Base composta por quatro colunas laterais em formato tipo pórtico (A ou retangular), proporcionando estabilidade estrutural.</p> <p>Plataforma do assento adaptado confeccionada em:</p> <p>Chapa metálica antiderrapante, ou</p> <p>Madeira plástica / polietileno de alta densidade (PEAD), resistente às intempéries.</p> <p>Assento com:</p> <p>Encosto elevado;</p> <p>Barras laterais de proteção;</p> <p>Estrutura metálica reforçada.</p> <p>Sistema de acesso com rampa integrada, facilitando entrada e saída do usuário.</p> <p>Sistema de Suspensão</p> <ul style="list-style-type: none">• Suspensão por correntes galvanizadas de alta resistência ou cabos de aço revestidos;• Fixação superior com ganchos, manilhas ou olhais com rolamentos;• Movimento pendular suave, com distribuição equilibrada de carga. <p>Tratamento e Acabamento</p> <ul style="list-style-type: none">• Tratamento anticorrosivo (fosfatização ou galvanização);• Pintura eletrostática a pó (epóxi ou poliéster), resistente a intempéries;• Acabamento com cantos arredondados e ausência de arestas cortantes;• Cores variadas e contrastantes. <p>Dimensões Mínimas (referenciais)</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprimento: 2,50 m a 3,50 m;• Largura: 1,50 m a 2,50 m;• Altura total: 2,00 m a 2,50 m;• Altura do assento ao solo: 0,40 m a 0,60 m;• Área mínima de instalação: 4,00 m x 3,00 m;• Área de segurança: mínimo de 1,50 m no entorno. <p>Capacidade e Uso</p> <ul style="list-style-type: none">• Capacidade mínima: 01 usuário por vez (adaptado);• Peso suportado: mínimo de 100 kg;• Uso assistido recomendado, conforme necessidade do usuário. <p>Fixação e Instalação</p> <ul style="list-style-type: none">• Fixação ao solo por meio de chumbadores metálicos ou concretagem direta das bases;• Profundidade mínima de fixação: 50 cm em bloco de concreto;• Instalação em terreno nivelado;• Recomendada instalação sobre piso amortecedor (areia, borracha ou grama sintética).• SEGURANÇA E NORMAS• O equipamento deverá atender às normas técnicas vigentes, especialmente:• ABNT NBR 16071 – Segurança em playgrounds;• ABNT NBR 9050 – Acessibilidade;• Deverá possuir:• Ausência de pontos de aprisionamento;• Sistema de contenção seguro no assento;• Estrutura estável e resistente;• Limitação de curso do balanço para evitar impactos excessivos.• GARANTIA E VIDA ÚTIL• Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação; | |
|--|--|--|---|--|



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

| | | | | |
|-----------------------------------|--|--|--|--|
| | | <ul style="list-style-type: none">Vida útil estimada mínima de 5 anos, mediante manutenção adequada. <p>MANUTENÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">Inspeção periódica das correntes/cabos e pontos de fixação;Lubrificação dos pontos de articulação;Verificação da pintura e integridade estrutural;Aperto de parafusos e substituição de componentes desgastados.  <p>Obs.: Imagens Ilustrativa</p> | | |
| TOTAL GERAL: R\$ 58.967,38 | | | | |

1.2.TOTAL MÁXIMO DO CERTAME: R\$ 58.967,38 (cinquenta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos).

OBS.:

Caso haja dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas por e-mail licitacao@clm.pr.gov.br e/ou telefone na CPL fones: 3286-8407.

Os valores constantes deste anexo, para os preços unitários, são os preços máximos por produto que serão admitidos nesta licitação.

Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, **PREVALECERÁ** a descrição constante no **TERMO DE REFERÊNCIA** do Edital.

Será efetuada a análise respeitada a ordem de classificação.

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$5,00(cinco reais)**.

PODERÁ ser solicitado catálogo técnico, folder ou ficha de especificações dos produtos ofertados, contendo marca, modelo, fabricante e especificações detalhadas, de forma a permitir a adequada análise técnica pela Administração, conforme item 4.1. do edital.

a) Para os itens que demandem instalação fixa, estrutura metálica ou que possuam maior complexidade técnica, o catálogo deverá estar acompanhado de documentação complementar, quando aplicável, incluindo:

I – desenho técnico, projeto ou ficha técnica contendo dimensões, materiais e peso do equipamento;

II – croqui ou esquema ilustrativo de instalação;

III – no mínimo 01 (um) exemplo de planta baixa ou layout demonstrativo, indicando o posicionamento dos equipamentos e área de segurança.

b) **OBS.:** A exigência dessa documentação complementar será aplicada apenas aos itens cuja natureza técnica assim o exigir, conforme avaliação da Administração, não sendo obrigatória para itens simples ou de baixa complexidade.

c) Deverá, ainda, ser apresentado certificado ou declaração de conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente a ABNT NBR 16071 (Segurança em playgrounds), quando pertinente ao item.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover a inclusão social e garantir o acesso ao lazer de crianças e adolescentes, inclusive pessoas com deficiência (PCD), no Município de Capitão Leônidas Marques, por meio da implantação de equipamentos de playground inclusivo em espaços públicos.

2.2. Atualmente, os locais destinados à recreação não dispõem de estruturas acessíveis e adaptadas, o que limita o uso seguro e igualitário por crianças com deficiência ou mobilidade reduzida, em desacordo com o direito à acessibilidade e à convivência comunitária.

2.3. A contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação dos equipamentos visa suprir essa deficiência estrutural, assegurando ambientes adequados, seguros e inclusivos, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.



2.4. A iniciativa encontra respaldo no disposto na Lei 14.133/2021, especialmente quanto ao dever de planejamento das contratações públicas e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração, bem como na Lei 13.146/2015, que assegura o direito à acessibilidade, inclusão social e participação em atividades de lazer.

2.5. Adicionalmente, a medida está alinhada ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante o direito ao desenvolvimento integral e ao lazer, bem como às normas técnicas de acessibilidade e segurança aplicáveis a espaços públicos.

2.6. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada para assegurar a inclusão, a acessibilidade e a melhoria da infraestrutura dos espaços públicos, atendendo ao interesse público e às diretrizes legais vigentes.

3. PRAZO DE ENTREGA/FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. A entrega e instalação dos bens deverá ser efetuada em até **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Fornecimento.

3.2. Os materiais e serviços prestados pela contratada deverão primar pela qualidade, sempre respeitando as determinações de técnica e padrão que garantam a segurança dos colaboradores, alunos e usuários.

3.3. A empresa vencedora será responsável pela entrega do objeto, bem como o fornecimento da mão de obra necessária para instalação e/ou montagem.

3.4. A Contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados para prestar os serviços solicitados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

3.5. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços.

3.6. É responsabilidade da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos decorrentes da entrega e da aquisição dos objetos da licitação.

3.7. Os produtos, objetos deste certame, deverão ser novos e sem uso, de qualidade, estar dentro das especificações das normas técnicas da ABNT pertinente a cada item. Deverão ser entregues intactos, sem amassados, danificados ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade do bem e segurança no uso.

3.8. As ferragens utilizadas nos equipamentos deverão ser galvanizadas e protegidas contra oxidação com tintas de acabamento, pintura eletroestática.

3.9. Os cantos e bordas deverão ser arredondados, e as superfícies deverão ter acabamento liso, livre de rebarbas, farpas ou lascas.

3.10. Os parafusos e roscas salientes deverão ter acabamentos de proteção.

3.11. A Contratada deverá garantir que o fornecimento e/ou instalação estará isento de defeitos e/ou irregularidades, devendo substituir o objeto caso não se apresente em conformidade, sem ônus para o Município.

3.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

3.13. Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de notificação.

3.14. O prazo indicado no subitem anterior, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

3.15. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o edital.

3.16. Na hipótese de rejeição por fornecimento do produto em desacordo com as especificações, a contratada deverá executar novamente o serviço em até 10 (dez) dias úteis.

3.17. Todos os materiais a serem empregados nos serviços serão fornecidos pela Contratada e deverão ser de primeira qualidade de acordo com as normas vigentes, sempre sujeitos a fiscalização exercida pelo Município.

3.18. Local, horário e endereço de entrega:

| | |
|---|---|
| Local de entrega e/ou instalação: Os Locais para entrega e instalação dos equipamentos serão indicados na | Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira |
|---|---|



solicitação de fornecimento enviado via e-mail: licitacaoemasclm@gmail.com, sendo que todos os locais (parques infantis) estão localizados na área Urbana no município. Sendo possível a visita de vistoria prévia se assim o licitante optar.

Manhã: 7h45 às 11h40
Tarde: 13h15 às 17h00
Sendo necessário a programação pelo licitante, para que não ultrapasse este horário.

3.19. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica: Os produtos objeto desta aquisição deverão ter Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e Vida útil estimada mínima de 05 (cinco) anos, mediante uso adequado e manutenção periódica.

4. ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1. A Contratada deverá fornecer produtos que atendam as especificações contidas na descrição detalhada dos itens solicitados. Os materiais deverão ser novos e fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor.

4.2. Fornecer o objeto contratado de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor.

4.3. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item.

4.4. Adotar imediatamente após o recebimento da solicitação de fornecimento, as medidas requeridas, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

4.5. Entregar os produtos dentro dos prazos, em até 15 (quinze) dias úteis, contados após o recebimento da Solicitação de Fornecimento, no local estabelecido e atendendo a todas as condições estabelecidas anteriormente.

4.6. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4.7. É responsabilidade da contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos decorrentes da entrega e da aquisição dos objetos da licitação.

4.8. A empresa vencedora será responsável pela entrega do objeto, bem como o fornecimento da mão de obra necessária para instalação e/ou montagem.

4.9. A contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços.

4.10. A Contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados para prestar os serviços solicitados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

4.11. Adotar medidas, precauções e cuidados especiais para evitar danos materiais e pessoais a terceiros, pelos quais será inteira responsável.

4.12. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital.

4.13. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços.

4.14. Deverá manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.15. Não destruir ou danificar produtos por culpa ou dolo de seus agentes e caso aconteça será de inteira responsabilidade da Contratada sua substituição sem ônus para a Contratante.

4.16. Reparar, corrigir e/ou remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição destes.

4.17. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

4.18. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto.

4.19. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional.



4.20. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.

4.21. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos termos da legislação vigente e exigências contratuais, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos que integram o Termo de Referência.

4.22. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado.

4.23. Submeter-se à fiscalização empreendida pela Contratante.

4.24. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da contratante, relativamente ao objeto do contrato.

4.25. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

4.26. Cumprir fielmente com a execução do Contrato, honrando a qualidade, durabilidade e prazos de entrega.

4.27. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato.

4.28. Quando for o caso e no que for aplicável, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados e prepostos as normas da contratante.

5. ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

5.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

5.4. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da contratação.

5.5. Cumprir com todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada no prazo estipulado.

5.6. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo.

5. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato com base no Capítulo V da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

5.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

6. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

6.1. Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

6.1.1. Somente poderá haver reajuste após 12 (doze) meses da assinatura do contrato e/ou do último ajuste;

6.1.2. No caso de haver prorrogação de prazo, após doze meses, o reajuste poderá ser efetuado de acordo com as variações do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.1.3. Compete a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajuste.

6.1.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e que possa ser aplicado ao objeto.

6.2. Para o restabelecimento da equação, deve a Contratada DEMONSTRAR a ocorrência das hipóteses que condicionam o pedido de ajuste, mediante protocolo, acompanhado de documentação idônea.

6.2.1. Não será liberado reequilíbrio econômico financeiro decorrentes de inflação, que não configurem área econômica extraordinária, tampouco fato previsível.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

6.2.2.Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro de valores deverão ser encaminhados no e-mail compras@clm.pr.gov.br.

6.2.3.Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

7.DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2.A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania irá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e as obrigações da contratada, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

7.3.A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no serviço prestado.

7.4.Fica designado como Fiscal do Contrato, Kauany Damião Gomes, que irá acompanhar ou fiscalizar a execução do Contrato e as obrigações da Contratada, e poderá solicitar correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, deverão ser sanadas no prazo estipulado, sob pena de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas.

7.5.O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.6.Durante a vigência, esta contratação terá como gestor do contrato, Paula de Borba Julião, Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania, à qual compete administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega dos serviços e devido pagamento.

Gestor:

| |
|--|
| Nome: Paula de Borba Julião |
| Cargo: Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania |
| Matrícula: 124327-1 |
| E-mail: licitacaoesemasclm@gmail.com.br |

Fiscal:

| |
|--|
| Nome: Kauany Damião Gomes |
| Cargo: Agente de Administração |
| Matrícula: 124381-1 |
| E-mail: licitacaoesemesclm@gmail.com |

8.DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, COMPENSAÇÃO E PENALIZAÇÃO

8.1.O Município de Capitão Leônidas Marques-PR, se compromete a efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias da apresentação de nota fiscal no Departamento de Compras Municipal, identificada com o número da licitação e do contrato de fornecimento através de depósito bancário (Conta Jurídica).

A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do FGTS, Trabalhista, Municipal e Federal "Unificada", devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento;

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Capitão Leônidas Marques, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro.

A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta jurídica a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

A nota fiscal deverá ser enviada física e por e-mail (compras2@clm.pr.gov.br).

8.1.1.A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a I.N nº 1234/2012 e I.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

8.1.2.Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, destacando o valor a ser retido, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado (Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

§ 1º - Documentos fiscais que não estiverem em conformidade com disposto na Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações, serão notificados, não ocorrendo as devidas correções, fica autorizado a retenção automática, com base nos anexos que integram a I.N 1234/2012 e alterações.

8.1.3.As pessoas jurídicas não sujeitas as retenções conforme artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023 e demais Instruções complementares da RFB deverão informar conforme os critérios de enquadramentos. (Art. 2º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)

8.1.4.O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

8.2.Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituída pela Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar cópia autenticada do “Termo de Opção pelo Simples”, juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa IN RFB nº 1.234/2012 (e suas alterações, incluindo a IN RFB nº 2.145/2023).

8.3.Havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da prestação dos serviços, será acrescido ao valor da respectiva Nota Fiscal, o equivalente 0,1% (zero um por cento) por dia útil de atraso.

9.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1.A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, bem como, o atraso na entrega do produto, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida e permitirá, de conformidade com a legislação em vigor a aplicação das seguintes sanções pela Administração Municipal, garantido a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Capitão Leônidas Marques;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

9.1.1.A multa prevista acima será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

9.1.2.Quanto à suspensão temporária ou impedimento de licitar previsto acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.1.3.A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.DA HABILITAÇÃO

10.1.Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1.SICAF.

10.1.2.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.2.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992, com a redação dada pela Lei nº 14230 de 2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.3.Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4.No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.5.A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

10.5.1.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5.2.Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

10.5.3.Em caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.5.4.Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

10.5.5.No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.5.6.No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.5.7.Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.6.A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

10.6.1.Certidão negativa de Falências e Concordatas, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) do local da sede da proponente, há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

10.7.A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

10.7.1. *Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;*

10.7.2. *Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.*

10.7.3. *Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;*

10.7.4. *Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.*

10.7.5. *Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;*

10.7.6. *Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*

10.7.7. *Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*

10.7.8. *Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;*

10.7.9. *caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.*

11.7.9.a Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.7.9.b A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.8.A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

10.8.1. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou o fornecimento de produtos similares em características compatíveis com o objeto da presente licitação, de forma satisfatória, com nome legível do emitente, em papel timbrado ou em papel sem timbre com carimbo do CNPJ.

10.8.1.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.9. **Deverá apresentar ainda:**

10.9.1. **DECLARAÇÕES UNIFICADAS**, conforme modelo. (ANEXO III);

10.9.2. **IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE**, conforme modelo. (ANEXO IV).

10.10. **ATENÇÃO:** O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, **NÃO SUBSTITUI** os documentos exigidos no item 10.8.1.

10.10.1. **Neste caso anexar (IMPORTANTE):**

*** Comprovante de situação cadastral junto ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (DECLARAÇÃO-SICAF, onde constam os documentos e suas validades registrados);**

A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

*** DECLARAÇÕES UNIFICADAS;**

*** DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

10.11. **Solicitamos que seja anexada a** documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, embora conste do SICAF, para efeitos de celeridade ao processo, visto que são de suma importância quando da digitalização e importação para o portal da transparência.

10.12. Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

10.13. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

10.14. Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

10.15. No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.16. O não atendimento das exigências constantes do item 10 deste Termo de Referência implicará a inabilitação do licitante.

10.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.18. Aos documentos sem validade expressa, considerar-se-á 90 (NOVENTA) DIAS da data de sua emissão.

10.19. Serão aceitas as certidões obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-se às verificações, caso necessário.

10.20. Serão aceitas as certidões positivas com efeitos de negativa.

11. CONSIDERAÇÕES

11.1. O não cumprimento dos termos deste edital, em qualquer de suas cláusulas, implica na declaração da empresa como inidônea, e lançamento na lista de impedidos de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

11.2. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento objeto deste edital, sem previa e expressa anuência do Contratante.



Apêndice do Anexo I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

Processo Administrativo Nº 103/2026.

Solicitação Nº 107/2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

| | |
|------------------------------------|--|
| Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: | 006/2026 |
| ÁREA REQUISITANTE: | Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania |
| OBJETO: | O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de equipamentos para equipar parques infantis (playground) do município, compreendendo equipamentos recreativos acessíveis e adaptados, destinados ao atendimento de crianças e adolescentes, inclusive pessoas com deficiência (PCD), crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais usuários com limitações motoras, cognitivas ou sensoriais. |

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. A presente contratação não estava prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) do exercício vigente. Contudo, sua realização justifica-se em razão da superveniência de recurso financeiro vinculado, destinado especificamente a ações voltadas à pessoa com deficiência.

2.2. Ressalta-se que a aplicação do referido recurso foi deliberada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão competente de controle social, que definiu sua destinação para a aquisição de equipamentos de playground inclusivo, em atendimento às demandas identificadas no município.

2.3. Destaca-se, ainda, que o recurso possui prazo determinado para utilização, sob pena de perda ou devolução, o que impõe à Administração a necessidade de adoção de medidas imediatas para sua execução, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

2.4. A contratação, portanto, encontra respaldo no planejamento administrativo superveniente e na necessidade de adequada aplicação de recurso vinculado, sendo admitida sua realização mesmo não prevista inicialmente no PCA, conforme disposições da Lei 14.133/2021, desde que devidamente justificada.

2.5. Dessa forma, a presente contratação mostra-se necessária e urgente, visando garantir a correta destinação dos recursos públicos e o atendimento das políticas públicas voltadas à inclusão da pessoa com deficiência.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A presente contratação decorre da necessidade de promover a inclusão social, o acesso ao lazer e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, especialmente aqueles pertencentes ao público com deficiência (PCD), incluindo crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais usuários com limitações motoras, cognitivas ou sensoriais, no âmbito do Município de Capitão Leônidas Marques. Atualmente, os espaços públicos de recreação existentes não dispõem de equipamentos adaptados ou recursos de acessibilidade suficientes para garantir o uso seguro, autônomo e igualitário por parte desse público, o que limita o exercício pleno do direito ao lazer e à convivência comunitária.

3.2. A implementação de um playground ou de equipamentos inclusivos nos playgrounds existentes no município, visa suprir essa lacuna estrutural, proporcionando ambiente adequado, seguro e acessível, que favoreça a interação social entre crianças com e sem deficiência, promovendo a igualdade de oportunidades e a redução de barreiras físicas e comunicacionais. A aquisição de brinquedos adaptados para cadeirantes, equipamentos voltados ao estímulo da coordenação motora e recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) atende às necessidades específicas de desenvolvimento motor, sensorial e cognitivo, contribuindo significativamente para a autonomia e a qualidade de vida dos usuários.

3.3. Ressalta-se que o recurso financeiro destinado à presente aquisição possui vinculação específica para ações voltadas ao público com deficiência, devendo sua aplicação observar estritamente a finalidade estabelecida. Assim, a contratação pretendida não apenas atende a uma demanda social identificada, mas também cumpre o dever legal de assegurar a correta destinação dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência, da finalidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.4. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para garantir a efetivação de direitos fundamentais, promover a inclusão social e estruturar adequadamente os espaços públicos municipais, assegurando que o lazer seja acessível a todos, sem discriminação e com observância das normas de acessibilidade e segurança vigentes.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os bens adquiridos se enquadram como comum pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.

4.3. A Contratada deverá fornecer produtos que atendam as especificações contidas na descrição detalhada dos itens solicitados. Os materiais deverão ser novos e fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor.



4.4. A proposta para todos os itens deverá conter catálogo, e este quando for aplicável no item deve estar acompanhado de desenho industrial, discriminando as dimensões e peso do equipamento, marca, modelo, fabricante, e demais especificações técnicas, sem deixar dúvidas por ocasião da análise técnica e todas as informações necessárias para avaliar se o equipamento proposto atende as necessidades. Também o croqui de instalação e, no mínimo, 01 (um) exemplo de planta baixa do modelo com posicionamento correto dos equipamentos. Apresentar certificado que atende a norma **ABNT NBR 16071 (todas as partes aplicáveis)**.

4.5. É responsabilidade da contratada quanto a montagem e quaisquer outras despesas bem como as de embalagem, mão de obra, materiais, ferramentas, seguros, transporte, frete, tributos, encargos decorrentes da entrega e da aquisição dos objetos da licitação.

4.6. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.7. Não poderão participar desta licitação as empresas:

4.7.1. Proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.7.2. Que não atendam às condições deste Termo de Referência;

4.7.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;

4.7.4. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

5. DA ENTREGA DO OBJETO

5.1. A entrega e instalação de **responsabilidade do fornecedor** dos bens deverá ser efetuada em até **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Fornecimento.

5.2. Os materiais e serviços prestados pela Contratada deverão primar pela qualidade, sempre respeitando as determinações de técnica e padrão que garantam a segurança dos colaboradores, alunos e usuários.

5.3. A empresa vencedora será responsável pela entrega do objeto, bem como o fornecimento da mão de obra necessária para instalação e/ou montagem.

5.4. A Contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados para prestar os serviços solicitados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.5. A contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços.

5.6. É responsabilidade da contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos decorrentes da entrega e da aquisição dos objetos da licitação.

5.7. Os produtos, objetos deste certame, deverão ser novos e sem uso, de qualidade, estar dentro das especificações das normas técnicas da ABNT pertinente a cada item. Deverão ser entregues intactos, sem amassados, danificados ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade do bem e segurança no uso.

5.8. As ferragens utilizadas nos equipamentos deverão ser galvanizadas e protegidas contra oxidação com tintas de acabamento, pintura eletroestática.

5.9. Os cantos e bordas deverão ser arredondados, e as superfícies deverão ter acabamento liso, livre de rebarbas, farpas ou lascas.

5.10. Os parafusos e roscas salientes deverão ter acabamentos de proteção.

5.11. A Contratada deverá garantir que o fornecimento e/ou instalação estará isento de defeitos e/ou irregularidades, devendo substituir o objeto caso não se apresente em conformidade, sem ônus para o Município.

5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.13. Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 dias úteis, contados a partir da data de notificação.

5.14. O prazo indicado no subitem anterior, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

5.15. A Secretaria Municipal de Assistência Social, rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o edital.

5.16. Na hipótese de rejeição por fornecimento do produto em desacordo com as especificações, a contratada deverá executar novamente o serviço em até 10 dias úteis;

5.17. Todos os materiais a serem empregados nos serviços serão fornecidos pela Contratada e deverão ser de primeira qualidade de acordo com as normas vigentes, sempre sujeitos a fiscalização exercida pelo Município.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Após analisar a demanda em questão, realizou-se o levantamento de mercado, constatando que há contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades públicas. Portanto, trata-se de uma demanda não exclusiva ou atípica para o mercado.

6.2. Não se aplica a hipótese de locação dos bens demandados, uma vez que a aquisição permanente é necessária para atender as necessidades da Secretaria;

6.3. Diante das necessidades apontadas neste estudo, a solução demanda a contratação de uma empresa especializada para o fornecimento e instalação dos itens, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido. É fundamental que a empresa possua experiência e mão de obra qualificada para garantir a correta instalação dos equipamentos;

6.4. A modalidade de licitação Pregão Eletrônico surge como uma alternativa viável e amplamente reconhecida entre as empresas do ramo, proporcionando transparência e competitividade ao processo;

6.5. Foram analisadas contratações semelhantes realizadas por outros órgãos e entidades, consultando diversos editais, com objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não foram



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

observadas grandes variações na execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar, sendo que a variação ocorre pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade.

6.6. Conforme pesquisa de mercado realizada, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresas especializadas para fornecimento e instalação dos bens objetos deste certame. A Administração não possui mão de obra qualificada e experiente no quadro de funcionários para realizar a instalação dos equipamentos de playgrounds, reforçando a necessidade de contratar uma empresa externa para garantir a execução adequada e segura do projeto.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução encontra-se na contratação realizada por meio de licitação, sugere-se a utilização da modalidade Pregão, na forma eletrônica. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, em conformidade com as disposições legais estabelecidas nos artigos 6º (inciso XLI), 17 (§ 2º) e 34 da Lei Federal nº 14.133/2021. Este procedimento visa garantir transparência, competitividade, economicidade e eficiência na escolha do fornecedor.

7.2. A contratação abrange não apenas o fornecimento dos equipamentos, mas também sua entrega, montagem, instalação e demais serviços necessários ao pleno funcionamento, incluindo mão de obra especializada, transporte, seguros, encargos e garantia dos produtos.

7.3. A solução foi definida com base em levantamento de mercado e análise de contratações similares, demonstrando-se tecnicamente viável e economicamente adequada, além de compatível com a realidade administrativa do Município, que não dispõe de equipe técnica própria para execução desse tipo de serviço.

7.4. Dessa forma, a contratação proposta assegura o atendimento da necessidade pública identificada, promovendo acessibilidade, inclusão social e melhoria da infraestrutura urbana, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada após uma análise das necessidades referentes os parques infantis (playground), existente no nosso município, tendo em vista que esses equipamentos e placas irão ser utilizados para proporcionar, inclusão, sendo que hoje os mesmos não possuem equipamentos de tal natureza.

8.2. Quantidades e especificações;

| Item | Quant | Unid | Descrição | Valor unitário | Valor total |
|------|-------|------|---|----------------|---------------|
| 01 | 07 | Unid | Prancha de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) de grande porte, desenvolvida para instalação permanente em área externa, especialmente em playgrounds e espaços públicos abertos, com a finalidade de promover acessibilidade comunicacional e inclusão. Especificações Técnicas Mínimas: <ul style="list-style-type: none">Estrutura confeccionada em material rígido, resistente às intempéries, como alumínio composto (ACM), PVC expandido, polietileno de alta densidade (PEAD) ou material equivalente.Material impermeável, lavável, resistente à ação do sol (proteção UV), chuva e variações climáticas.Dimensões mínimas de 1,00 m x 1,20 m, podendo variar conforme necessidade do espaço.Impressão em alta resolução, com proteção laminada ou aplicação de película protetora anti-UV e anti-desbotamento.Cantos arredondados e acabamento seguro, sem arestas cortantes.Fixação em estrutura metálica galvanizada ou suporte apropriado para instalação fixa ao solo, com sistema antifurto e parafusos de segurança.Conteúdo com pictogramas universais e palavras escritas em língua portuguesa, organizados por categorias (ex.: necessidades básicas, emoções, brincadeiras, alimentos, ações, pessoas e comandos).Layout com contraste adequado de cores, facilitando a visualização por crianças e pessoas com baixa visão.Altura de instalação acessível, compatível com o público infantil e cadeirantes. Produto novo, adequado para uso contínuo em ambiente externo e destinado à promoção da acessibilidade comunicacional em espaço público. Garantia e vida útil: | R\$ 1.693,00 | R\$ 11.851,00 |




Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

| | | | | | |
|----|----|------|--|--------------|---------------|
| | | | <p>Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação; Vida útil estimada: mínimo de 5 anos, mediante uso adequado e manutenção periódica. Imagens de referência:</p>  <p>Obs.: Imagens Ilustrativa</p> | | |
| 02 | 03 | Unid | <p>Gangorra Adaptada para Acessibilidade - Equipamento recreativo destinado ao uso em parques e espaços públicos inclusivos. Estrutura principal confeccionada em aço carbono de alta resistência, com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática, garantindo durabilidade e resistência às intempéries.</p> <p>O equipamento é composto por:</p> <p>Base central com sistema de articulação que permite movimento oscilante (tipo gangorra);</p> <p>Plataforma de apoio reforçada, com superfície antiderrapante;</p> <p>Assento adaptado com encosto elevado e laterais de proteção;</p> <p>Sistema de contenção com barras de segurança, proporcionando estabilidade ao usuário;</p> <p>Estrutura dimensionada para permitir o uso por crianças com mobilidade reduzida ou necessidades especiais, inclusive com possibilidade de acomodação assistida.</p> <p>Deve atender às normas de segurança aplicáveis a brinquedos de uso coletivo em áreas públicas, com bordas arredondadas, ausência de pontos cortantes e garantia de estabilidade durante o uso.</p> <p>Materiais e estrutura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura principal confeccionada em aço carbono tubular, com espessura mínima de parede de 2,0 mm; • Tubos com diâmetro mínimo de 2" (50,8 mm) para partes estruturais principais; • Chapas metálicas com espessura mínima de 2,65 mm (chapa 12) nas plataformas e suportes; • Assentos e encostos em polietileno de alta densidade (PEAD) ou madeira plástica de alta resistência, com proteção UV; • Plataforma de apoio em chapa metálica com acabamento antiderrapante ou em madeira plástica texturizada; • Eixo central em aço maciço ou tubo reforçado, com sistema de articulação por rolamentos ou buchas de nylon industrial de alta durabilidade; • Parafusos, porcas e arruelas em aço galvanizado ou inoxidável, com sistema antifurto quando aplicável. <p>Tratamento e acabamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tratamento anticorrosivo por fosfatização ou galvanização; • Pintura eletrostática a pó (epóxi ou poliéster) • Cores variadas, preferencialmente em padrões lúdicos (ex: azul, amarelo, vermelho); • Acabamento com cantos arredondados e ausência de arestas cortantes. <p>Dimensões mínimas (referenciais):</p> | R\$ 4.508,25 | R\$ 13.524,75 |




Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

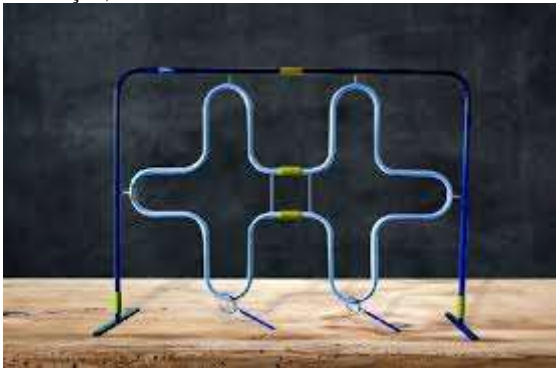
CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

| | | | | | |
|----|----|------|--|--------------|---------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none"> • Comprimento total: 2,50 m a 3,00 m; • Largura total: 0,80 m a 1,20 m; • Altura total: 0,80 m a 1,10 m; • Altura do assento em relação ao solo: 0,40 m a 0,60 m; • Área mínima de ocupação (layout): 3,50 m x 2,50 m; • Área de segurança recomendada: mínimo de 1,50 m livre em todo o entorno. • (As dimensões podem variar conforme fabricante, desde que mantida a funcionalidade e segurança.) <p>Capacidade e ergonomia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade mínima: 02 usuários simultâneos; • Peso suportado: mínimo de 80 kg por assento; • Assento adaptado com encosto e laterais de proteção; • Espaço projetado para acomodação de criança com mobilidade reduzida, com auxílio de responsável quando necessário. <p>Sistema de funcionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Movimento oscilante tipo gangorra, com eixo central fixado em base estrutural; • Sistema de amortecimento de impacto (batentes em borracha, mola ou similar) para reduzir choques no final do curso; • Curso de movimento limitado para garantir segurança. <p>Fixação e instalação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fixação ao solo por meio de chumbadores metálicos ou prolongamento da estrutura para concretagem direta; • Profundidade mínima de fixação: 40 cm a 60 cm, com base em concreto; • Base estrutural com sapatas metálicas ou prolongamento tubular; • Instalação em área nivelada, preferencialmente com piso amortecedor (areia, borracha ou grama sintética). <p>Normas e segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deverá atender, no que couber, às normas técnicas vigentes, especialmente: • ABNT NBR 16071 – Playground (segurança de equipamentos para áreas de recreação); • Normas de acessibilidade aplicáveis, incluindo princípios da ABNT NBR 9050; • Ausência de pontos de aprisionamento, esmagamento ou cisalhamento; • Distâncias seguras entre partes móveis e fixas. <p>Garantia e vida útil:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação; • Vida útil estimada: mínimo de 5 anos, mediante uso adequado e manutenção periódica. | | |
| | | |  | | |
| | | | Obs.: Imagens Ilustrativa | | |
| 03 | 07 | Unid | Kit de Coordenação Motora - destinado ao desenvolvimento de habilidades motoras, equilíbrio, coordenação e lateralidade, | R\$ 1.962,37 | R\$ 13.736,59 |



| | | | | | |
|----|----|------|--|--------------|---------------|
| | | | <p>indicado para uso em atividades esportivas, educacionais e terapêuticas.</p> <p>Materiais e Estrutura</p> <ul style="list-style-type: none"> Estrutura confeccionada em tubos de aço carbono, com diâmetro mínimo de 1" a 1.1/2", espessura de parede mínima de 1,5 mm, dobrados em formato sinuoso e contínuo, formando percursos simétricos para condução manual de objetos. Base de sustentação composta por pés metálicos com chapas de apoio, garantindo estabilidade durante o uso. Elementos móveis compostos por argolas metálicas ou revestidas, acopladas a hastes ou cabos, destinadas ao deslocamento ao longo do percurso tubular. <p>Tratamento e Acabamento</p> <ul style="list-style-type: none"> Tratamento anticorrosivo; Pintura eletrostática a pó tipo epóxi, de alta resistência; Acabamento liso, sem rebarbas ou arestas cortantes; Cores contrastantes para melhor visualização do percurso. <p>DIMENSÕES MÍNIMAS (REFERENCIAIS)</p> <ul style="list-style-type: none"> Comprimento: 1,20 m a 1,80 m; Altura: 0,80 m a 1,20 m; Largura: 0,40 m a 0,80 m; (Dimensões podem variar, desde que mantida a funcionalidade do equipamento.) <p>Funcionalidade</p> <ul style="list-style-type: none"> O equipamento consiste em percurso tubular fixo, no qual o usuário deve conduzir manualmente uma argola ao longo do trajeto, exigindo coordenação motora fina, controle de movimentos e concentração. Pode ser utilizado por mais de um usuário simultaneamente, conforme configuração do equipamento. <p>Fixação e instalação</p> <ul style="list-style-type: none"> Equipamento de uso móvel ou semi-fixo, podendo ser apoiado diretamente sobre o solo; Possibilidade de fixação por parafusos ou chumbadores, conforme necessidade do local; Indicado para uso em ambientes internos ou externos cobertos. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação;  <p>Obs.: Imagens Ilustrativa</p> | | |
| 04 | 02 | Unid | <p>Balanco Adaptado Acessível - Equipamento recreativo projetado para uso infantil inclusivo, permitindo a utilização por crianças com deficiência ou mobilidade reduzida, com segurança e conforto.</p> <p>Estrutura principal confeccionada em aço carbono tubular, com diâmetro mínimo de 2" (50,8 mm) e espessura mínima de parede de 2,0 mm, garantindo alta resistência mecânica.</p> | R\$ 9.927,52 | R\$ 19.855,04 |



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

| | | | | | |
|--|--|--|---|--|--|
| | | | <p>Travessas superiores reforçadas para sustentação do sistema de suspensão.</p> <p>Base composta por quatro colunas laterais em formato tipo pórtico (A ou retangular), proporcionando estabilidade estrutural.</p> <p>Plataforma do assento adaptado confeccionada em:</p> <p>Chapa metálica antiderrapante, ou</p> <p>Madeira plástica / polietileno de alta densidade (PEAD), resistente às intempéries.</p> <p>Assento com:</p> <p>Encosto elevado;</p> <p>Barras laterais de proteção;</p> <p>Estrutura metálica reforçada.</p> <p>Sistema de acesso com rampa integrada, facilitando entrada e saída do usuário.</p> <p>Sistema de Suspensão</p> <ul style="list-style-type: none">• Suspensão por correntes galvanizadas de alta resistência ou cabos de aço revestidos;• Fixação superior com ganchos, manilhas ou olhais com rolamentos;• Movimento pendular suave, com distribuição equilibrada de carga. <p>Tratamento e Acabamento</p> <ul style="list-style-type: none">• Tratamento anticorrosivo (fosfatização ou galvanização);• Pintura eletrostática a pó (epóxi ou poliéster), resistente a intempéries;• Acabamento com cantos arredondados e ausência de arestas cortantes;• Cores variadas e contrastantes. <p>Dimensões Mínimas (referenciais)</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprimento: 2,50 m a 3,50 m;• Largura: 1,50 m a 2,50 m;• Altura total: 2,00 m a 2,50 m;• Altura do assento ao solo: 0,40 m a 0,60 m;• Área mínima de instalação: 4,00 m x 3,00 m;• Área de segurança: mínimo de 1,50 m no entorno. <p>Capacidade e Uso</p> <ul style="list-style-type: none">• Capacidade mínima: 01 usuário por vez (adaptado);• Peso suportado: mínimo de 100 kg;• Uso assistido recomendado, conforme necessidade do usuário. <p>Fixação e Instalação</p> <ul style="list-style-type: none">• Fixação ao solo por meio de chumbadores metálicos ou concretagem direta das bases;• Profundidade mínima de fixação: 50 cm em bloco de concreto;• Instalação em terreno nivelado;• Recomendada instalação sobre piso amortecedor (areia, borracha ou grama sintética). <p>SEGURANÇA E NORMAS</p> <ul style="list-style-type: none">• O equipamento deverá atender às normas técnicas vigentes, especialmente:• ABNT NBR 16071 – Segurança em playgrounds;• ABNT NBR 9050 – Acessibilidade;• Deverá possuir:• Ausência de pontos de aprisionamento;• Sistema de contenção seguro no assento;• Estrutura estável e resistente;• Limitação de curso do balanço para evitar impactos excessivos. <ul style="list-style-type: none">• GARANTIA E VIDA ÚTIL | | |
|--|--|--|---|--|--|



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

| | | | | |
|--------------------|--|---|--|----------------------|
| | | <ul style="list-style-type: none">• Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação;• Vida útil estimada mínima de 5 anos, mediante manutenção adequada. MANUTENÇÃO <ul style="list-style-type: none">• Inspeção periódica das correntes/cabos e pontos de fixação;• Lubrificação dos pontos de articulação;• Verificação da pintura e integridade estrutural;• Aperto de parafusos e substituição de componentes desgastados.  <p>Obs.: Imagens Ilustrativa</p> | | |
| TOTAL GERAL | | | | R\$ 58.967,38 |

9. ESTIMATIVA DE VALORES

9.1. Considerando os orçamentos realizados, a metodologia empregada para calcular o valor de referência unitário baseou-se na média.

9.2. O valor total máximo da contratação é de **R\$ 58.967,38** (cinquenta e oito mil novecentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos), conforme detalhado no item 8.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. Será aplicado o princípio do parcelamento, sendo a licitação do tipo menor preço por item. Justifica-se o parcelamento tendo em vista a viabilidade da divisão do objeto, não havendo prejuízo para o conjunto a ser licitado, gerando competitividade e economicidade, e evitando a concentração de mercado.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

11.1. A presente contratação não demanda, em sua maior parte, a realização de contratações interdependentes, tendo em vista que os equipamentos (brinquedos) serão adquiridos e instalados em parques já existentes no Município, os quais já possuem infraestrutura básica adequada para o recebimento dos itens. Como contratações correlatas, poderão ser necessárias, de forma complementar, a aquisição ou reposição de piso amortecedor, como areia, borracha ou grama sintética, caso seja identificado desgaste ou inadequação do existente, bem como eventuais serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e a aquisição de itens de sinalização e acessibilidade, quando necessário.

11.2. No que se refere às contratações interdependentes, não se identificam demandas obrigatórias prévias, uma vez que os locais já se encontram estruturados, podendo haver apenas necessidades pontuais, como pequenos ajustes no espaço físico, incluindo nivelamento do solo ou reforço de base, além do acompanhamento técnico para fiscalização da instalação dos equipamentos.

11.3. Dessa forma, conclui-se que a contratação é independente em sua essência, dependendo apenas de adequações pontuais para sua plena execução, sem prejuízo ao cronograma ou à viabilidade da implantação.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. A presente contratação tem como objetivo proporcionar a melhoria da infraestrutura dos espaços públicos de lazer do Município, por meio da aquisição e instalação de equipamentos de playground inclusivo, promovendo o acesso igualitário de crianças e adolescentes, inclusive pessoas com deficiência, a ambientes seguros e adequados para recreação.

12.2. Busca-se, com isso, estimular o desenvolvimento da coordenação motora, das habilidades cognitivas, sociais e emocionais, além de favorecer a convivência comunitária e a inclusão social.

12.3. Como resultado, espera-se ampliar a qualidade dos serviços ofertados pelo município, garantindo espaços mais acessíveis, seguros e atrativos para a população. Ademais, a contratação visa assegurar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, mediante processo licitatório que possibilite a seleção da proposta mais vantajosa, bem como a durabilidade dos equipamentos adquiridos, reduzindo custos futuros com manutenção corretiva.

12.4. Dessa forma, pretende-se atender ao interesse público, promovendo bem-estar, inclusão e melhoria na qualidade de vida dos usuários dos espaços públicos municipais. A aquisição tem como objetivo enriquecer o ambiente educacional, estimulando habilidades cognitivas, socioemocionais e multidisciplinares nas crianças.



12.5. Quanto a contratação, os benefícios podem ser percebidos na economicidade, já que o procedimento licitatório possibilita a contratação de empresa especializada por um preço competitivo devido à concorrência no mercado, com a oferta de menor preço, considerando os requisitos previamente estabelecidos no edital da licitação.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Para a adequada execução do objeto e regular instrução do processo licitatório, deverão ser adotadas as seguintes providências prévias à celebração do contrato:

- I – Elaboração do Termo de Referência, contendo todas as especificações técnicas detalhadas dos equipamentos, condições de execução, critérios de aceitação, obrigações das partes e penalidades aplicáveis;
- II – Realização de pesquisa de preços, em conformidade com as normas vigentes, para definição do valor estimado da contratação;
- III – Verificação da disponibilidade orçamentária e emissão da respectiva reserva de dotação;
- IV – Análise e adequação dos locais onde serão instalados os equipamentos, incluindo vistoria prévia para verificação das condições do solo, nivelamento e necessidade de eventuais adequações estruturais;
- V – Definição da equipe responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual;
- VI – Elaboração do edital e minuta de contrato, com observância das disposições da Lei nº 14.133/2021;
- VII – Verificação quanto à necessidade de licenças ou autorizações específicas, quando aplicável;
- VIII – Planejamento da logística de entrega e instalação dos equipamentos, de modo a não comprometer o uso dos espaços públicos.

13.2. Essas providências são essenciais para garantir a regularidade do processo, a adequada execução do objeto e o atendimento do interesse público.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

14.1. A presente aquisição não apresenta impactos ambientais significativos, no entanto, é necessário observar os seguintes requisitos ambientais:

14.2. A empresa contratada deve adotar práticas de sustentabilidade ambiental durante a execução dos serviços, conforme a legislação em vigor;

14.3. Se necessário para o objeto, as licitantes devem preferencialmente oferecer embalagens constituídas, total ou parcialmente, por material reciclado, atóxico e/ou biodegradável, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras, e o processo de fabricação deve atender aos requisitos ambientais para obter certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em comparação aos seus similares.

14.4. Os materiais oferecidos devem ser produzidos por fabricantes comprometidos com o meio ambiente, que mantenham programa de sustentabilidade ambiental.

14.5. Quanto a geração de resíduos sólidos, a contratada deverá responsabilizar-se pela correta destinação de todos os resíduos gerados na execução dos serviços, desde os resíduos de embalagens, até os resíduos de instalação;

15. MAPA DE RISCO

➤ Atraso na entrega e instalação dos equipamentos

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Ação Preventiva: Definição de prazos claros em contrato, acompanhamento da execução e aplicação de penalidades em caso de descumprimento

➤ Fornecimento de equipamentos em desacordo com as especificações técnicas

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Ação Preventiva: Exigência de catálogos, certificações (ABNT), análise técnica prévia e fiscalização no recebimento

➤ Instalação inadequada dos equipamentos

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Ação Preventiva: Exigir mão de obra qualificada, acompanhamento técnico e conferência da instalação

➤ Defeitos ou desgaste precoce dos equipamentos

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Ação Preventiva: Exigir garantia mínima, materiais de qualidade e previsão de substituição sem ônus

➤ Inadequação do local de instalação (solo desnivelado ou estrutura inadequada) Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Ação Preventiva: Vistoria prévia do local e realização de ajustes necessários antes da instalação

➤ Acidentes por uso inadequado dos equipamentos

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Ação Preventiva: Instalação de sinalização orientativa e promoção de ações de conscientização

➤ Falta de manutenção dos equipamentos ao longo do tempo

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Ação Preventiva: Planejamento de manutenção preventiva periódica e designação de responsável



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. Com base neste Estudo Técnico Preliminar e seu anexo, declaramos que a solução apresentada é viável, pois a necessidade apontada é adequadamente justificada e está alinhada com os objetivos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

17. ANEXOS

ANEXO II – COTAÇÃO DE PREÇOS

18. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Andrea Olinda De Oliveira Mattos

Agente De Administração

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026.

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(Uso obrigatório por todas as licitantes)

(Preferencialmente em papel timbrado da licitante)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº neste ato representada por, cargo, RG/CPF (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº .../... em epígrafe que tem por objeto a aquisição de xxx conforme segue:

1. Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como marca/modelo (se houver):

L1. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência/Anexo I.

L.2. Quando solicitado, a empresa DEVERÁ apresentar catálogo técnico, folder ou ficha de especificações do fabricante no momento do envio da proposta, contendo as principais características do produto ofertado, de modo a possibilitar a verificação da conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

2. Preço para fornecimento do objeto da presente licitação (unitário e total devidamente especificados), com até duas casas decimais (0,00).

2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$5,00(cinco reais)**.

3. Prazo de validade da Proposta não inferior a 60 (SESSENTA) dias, contados da data da abertura do Processo.

4. Prazo de entrega do objeto.

5. Data, Carimbo e assinatura do Representante Legal da proponente.

DECLARAÇÕES:

A - A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

B - A proponente declara que os produtos, estão devidamente registrados no órgão competente e atendem às normas de controle de qualidade.

C - A proponente declara que o preço proposto contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), incidentes sobre o objeto deste certame.

D - A proponente declara estar ciente que prevalecerá a descrição do objeto do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, caso haja discordância com a do CATMAT.

Caso haja dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas por e-mail licitacao@clm.pr.gov.br e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407, em horário de expediente (07:45 às 11:45 e 13:30 às 17:30).

..... de de 2026.

Nome/ cargo / assinatura do Representante Legal



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO III

DECLARAÇÕES UNIFICADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026.

PROPONENTE.....

ENDEREÇO:

CNPJ/MF: FONE: (0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura do Município de Capitão Leônidas Marques, que:

- a) **Não fomos declarados inidôneos** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
- b) Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- c) Não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#).
- d) Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- e) **Não possuímos pessoas em nosso quadro societário (contrato social, estatuto social), impedidas de contratar com o Município de Capitão Leônidas Marques-PR** nos termos do artigo 130 da Lei Orgânica c/c com o artigo 14 da Lei 14.133/21 e PREJULGADO nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- f) Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Estamos sob o **regime de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **SIM () NÃO ()**.

....., de de 2026.

Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da Empresa
RG/CPF:



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026.

DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

1 – DA EMPRESA PROPONENTE:

Nome empresarial _____

Rua _____ nº _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

CNPJ nº _____

Conta Corrente nº _____ Agência _____ Banco _____

Inscrição Estadual nº _____ Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº _____

Telefone _____ Fax _____

Contador da empresa _____ Telefone _____

2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome _____

Função _____

Data de Nascimento _____ Estado Civil _____

Escolaridade _____ RG nº _____ Órgão emissor _____

CPF _____

Rua _____ nº _____

Bairro _____ Complemento _____ Cidade _____

Estado _____ CEP _____ Telefone _____

Fax _____ Celular _____ E-mail _____

Local e data: ____/____/____/2026.

**Assinatura e Identificação do
Responsável Legal e da Empresa**



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026.

A Comissão de Licitação

ATESTADO DE VISITA

Declaramos que o profissional _____(nome), *CPF nº* _____, proponente _____ (razão social / CNPJ), devidamente credenciado, visitou o local da execução dos serviços, objeto do Pregão em epígrafe, e obteve todas as informações necessária para a elaboração da proposta.

..... de de 2026.

(nome, RG n.º e assinatura do responsável pelo licitador)

(nome, RG n.º, CREA/CAU n.º e assinatura do responsável habilitado da proponente)



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026.

À Comissão de Licitação

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA

O Representante técnico da (inserir o nome da proponente), Sr. (a) (inserir o nome do representante), devidamente habilitado junto à entidade competente, DECLARA que renuncia à Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeira para com a Contratante.

..... de de 2026.

(nome, RG n.º, CREA/CAU n.º do resp. técnico habilitado da proponente)

OBS.: Deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente ou com cabeçalho completo informando todos os dados.



ANEXO VII

CONTRATO DE xxxxxxxxxxxxxx N.º XXX/2026.

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **MAXWELL SCAPINI**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e;

CONTRATADA: xxxxxxxxxxxxxx sita xxxxxxxx, xx, xxxxx, Município de xxxxxxxx, Estado xxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob n.º xxxxxxxxxxxxxx, neste ato devidamente representada por xxxxxxxxxxxx, portadora do CPF sob n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

- Pactuam o presente contrato, que se regerá pelo que dispõe o Edital em consideração, em conformidade com as disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

- Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: O Edital da Licitação; O Termo de Referência; O Estudo Técnico Preliminar, A Proposta do contratado; Eventuais anexos dos documentos supracitados.

- Será incorporada a este contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, qualquer modificação, que venha a ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações, especificações, prazos ou normas gerais da CONTRATANTE.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem como objeto a contratação de empresa(s) para o fornecimento e instalação de equipamentos para equipar parques infantis (playground) do município, compreendendo equipamentos recreativos acessíveis e adaptados, destinados ao atendimento de crianças e adolescentes, inclusive pessoas com deficiência (PCD), crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais usuários com limitações motoras, cognitivas ou sensoriais, em atendimento a solicitação nº 107/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Fica ajustado o valor total do presente Contrato em R\$ xxxxxxxx, para o fornecimento dos itens n.º xxxxxxxxxxxx.

2.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.2. REAJUSTE:

2.2.1. Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

2.2.2. Somente poderá haver reajuste após 12 (doze) meses da assinatura do contrato e /ou do último ajuste;

2.2.3. No caso de haver prorrogação de prazo, após doze meses, o reajuste poderá ser efetuado de acordo com as variações do IPCA –Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

2.2.4. Compete a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajuste.

2.2.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e que possa ser aplicado ao objeto.

2.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

2.3.1. Para o restabelecimento da equação, deve a Contratada DEMONSTRAR a ocorrência das hipóteses que condicionam o pedido de ajuste, mediante protocolo, acompanhado de documentação idônea.

2.3.2. Não será liberado reequilíbrio econômico financeiro **decorrentes de inflação**, que não configurem área econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.

2.3.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro de valores deverão ser encaminhados no e-mail compras@clm.pr.gov.br.

2.3.4. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA/FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. A entrega e instalação dos bens deverá ser efetuada em até **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Fornecimento.

3.2. Os materiais e serviços prestados pela contratada deverão primar pela qualidade, sempre respeitando as determinações de técnica e padrão que garantam a segurança dos colaboradores, alunos e usuários.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

3.3. A empresa vencedora será responsável pela entrega do objeto, bem como o fornecimento da mão de obra necessária para instalação e/ou montagem.

3.4. A Contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados para prestar os serviços solicitados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

3.5. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços.

3.6. É responsabilidade da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos decorrentes da entrega e da aquisição dos objetos da licitação.

3.7. Os produtos, objetos deste certame, deverão ser novos e sem uso, de qualidade, estar dentro das especificações das normas técnicas da ABNT pertinente a cada item. Deverão ser entregues intactos, sem amassados, danificados ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade do bem e segurança no uso.

3.8. As ferragens utilizadas nos equipamentos deverão ser galvanizadas e protegidas contra oxidação com tintas de acabamento, pintura eletroestática.

3.9. Os cantos e bordas deverão ser arredondados, e as superfícies deverão ter acabamento liso, livre de rebarbas, farpas ou lascas.

3.10. Os parafusos e roscas salientes deverão ter acabamentos de proteção.

3.11. A Contratada deverá garantir que o fornecimento e/ou instalação estará isento de defeitos e/ou irregularidades, devendo substituir o objeto caso não se apresente em conformidade, sem ônus para o Município.

3.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

3.13. Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de notificação.

3.14. O prazo indicado no subitem anterior, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

3.15. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o edital.

3.16. Na hipótese de rejeição por fornecimento do produto em desacordo com as especificações, a contratada deverá executar novamente o serviço em até 10 (dez) dias úteis.

3.17. Todos os materiais a serem empregados nos serviços serão fornecidos pela Contratada e deverão ser de primeira qualidade de acordo com as normas vigentes, sempre sujeitos a fiscalização exercida pelo Município.


3.18. Local, horário e endereço de entrega:

| | |
|---|--|
| Local de entrega e/ou instalação: Os Locais para entrega e instalação dos equipamentos serão indicados na solicitação de fornecimento enviado via e-mail: licitacaoemasclm@gmail.com , sendo que todos os locais (parques infantis) estão localizados na área Urbana no município. Sendo possível a visita de vistoria prévia se assim o licitante optar. | Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h40 Tarde: 13h15 às 17h00 Sendo necessário a programação pelo licitante, para que não ultrapasse este horário. |
|---|--|

3.19. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica: Os produtos objeto desta aquisição deverão ter Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e Vida útil estimada mínima de 05 (cinco) anos, mediante uso adequado e manutenção periódica.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA COMPENSAÇÃO E PENALIZAÇÃO

4.1. O Município de Capitão Leônidas Marques-PR, se compromete a efetuar o pagamento, conforme a entrega e instalação, em até 30 (trinta) dias de apresentação de nota fiscal no Departamento de Compras Municipal, identificada com o número da licitação e do contrato de fornecimento através de depósito bancário (Conta Jurídica).

 A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do FGTS, Trabalhista, Municipal e Federal "Unificada", devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento;



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Capitão Leônidas Marques, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro.

A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta jurídica a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

A ser enviada física e por e-mail (compras2@clm.pr.gov.br).

4.1.1.A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a I.N nº 1234/2012 e I.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

4.1.2.Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, destacando o valor a ser retido, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado; (Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)

§ 1º - Documentos fiscais que não estiverem em conformidade com disposto na Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações, serão notificados, não ocorrendo as devidas correções, fica autorizado a retenção automática, com base nos anexos que integram a I.N 1234/2012 e alterações.

4.1.3.As pessoas jurídicas não sujeitas as retenções conforme artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023 e demais Instruções complementares da RFB deverão informar conforme os critérios de enquadramentos. (Art. 2º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)

4.1.4.O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

4.2.Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituída pela Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar cópia autenticada do “Termo de Opção pelo Simples”, juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa IN RFB nº 1.234/2012 (e suas alterações, incluindo a IN RFB nº 2.145/2023).

4.3.Havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da prestação dos serviços, será acrescido ao valor da respectiva Nota Fiscal, o equivalente 0,1% (zero um por cento) por dia útil de atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

* 411 – 10.001.08.245.1028.2183.4.4.90.52.00 – 1011 e livre;

* 425 – 10.001.08.245.1028.2185.4.4.90.52.00.

CLÁUSULA SEXTA – ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deverá fornecer produtos que atendam as especificações contidas na descrição detalhada dos itens solicitados. Os materiais deverão ser novos e fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor.

6.2. Fornecer o objeto contratado de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor.

6.3. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item.

6.4. Adotar imediatamente após o recebimento da solicitação de fornecimento, as medidas requeridas, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

6.5. Entregar os produtos dentro dos prazos, em até 15 (quinze) dias úteis, contados após o recebimento da Solicitação de Fornecimento, no local estabelecido e atendendo a todas as condições estabelecidas anteriormente.

6.6. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.7. É responsabilidade da contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos decorrentes da entrega e da aquisição dos objetos da licitação.

6.8. A empresa vencedora será responsável pela entrega do objeto, bem como o fornecimento da mão de obra necessária para instalação e/ou montagem.

6.9. A contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços.

6.10. A Contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados para prestar os serviços solicitados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.



- 6.11.** Adotar medidas, precauções e cuidados especiais para evitar danos materiais e pessoais a terceiros, pelos quais será inteira responsável.
- 6.12.** Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital.
- 6.13.** Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços.
- 6.14.** Deverá manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.15.** Não destruir ou danificar produtos por culpa ou dolo de seus agentes e caso aconteça será de inteira responsabilidade da Contratada sua substituição sem ônus para a Contratante.
- 6.16.** Reparar, corrigir e/ou remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição destes.
- 6.17.** Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.
- 6.18.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto.
- 6.19.** Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional.
- 6.20.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.
- 6.21.** Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos termos da legislação vigente e exigências contratuais, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos que integram o Termo de Referência.
- 6.22.** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado.
- 6.23.** Submeter-se à fiscalização empreendida pela Contratante.
- 6.24.** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da contratante, relativamente ao objeto do contrato.
- 6.25.** Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração.
- 6.26.** Cumprir fielmente com a execução do Contrato, honrando a qualidade, durabilidade e prazos de entrega.
- 6.27.** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato.
- 6.28.** Quando for o caso e no que for aplicável, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados e prepostos as normas da contratante.

CLÁUSULA SETIMA - ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 7.1.** Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.
- 7.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 7.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 7.4.** Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da contratação.
- 7.5.** Cumprir com todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada no prazo estipulado.



7.6. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

8.1.O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato com base no Capítulo V da Lei nº 14.133/2021.

8.2.Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

8.3.O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de idoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA NONA - DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

9.1.Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e demais pertinentes a espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1.A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, bem como, o atraso na entrega do produto, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida e permitirá, de conformidade com a legislação em vigor a aplicação das seguintes sanções pela Administração Municipal, garantido a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Capitão Leônidas Marques;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

10.1.1.A multa prevista acima será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

10.1.2.Quanto à suspensão temporária ou impedimento de licitar previsto acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.3.A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1.Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3.As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1.Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2.Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania irá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e as obrigações da contratada, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

14.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no serviço prestado.

14.4. Fica designado como Fiscal do Contrato, Kauany Damião Gomes, que irá acompanhar ou fiscalizar a execução do Contrato e as obrigações da Contratada, e poderá solicitar correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, deverão ser sanadas no prazo estipulado, sob pena de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas.

14.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.6. Durante a vigência, esta contratação terá como gestor do contrato, Paula de Borba Julião, Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania, à qual compete administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega dos serviços e devido pagamento.

Gestor:

| |
|--|
| Nome: Paula de Borba Julião |
| Cargo: Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania |
| Matrícula: 124327-1 |
| E-mail: licitacaoesemscim@gmail.com.br |

Fiscal:

| |
|--|
| Nome: Kauany Damião Gomes |
| Cargo: Agente de Administração |
| Matrícula: 124381-1 |
| E-mail: licitacaoesemesclm@gmail.com |

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente contrato e que não seja dirimida por acordo, as partes se submetem, incondicional e irrevogavelmente, ao foro da cidade de Capitão Leônidas Marques - PR.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Local e data, de de 2026.

ASSINAM:

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: